



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Curso de Licenciatura em Pedagogia

**A PEDAGOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma realidade no Município de
Jaboatão dos Guararapes - PE**

EDYELLY BRASIL MANSUR RODRIGUES

RECIFE

2024

**A PEDAGOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma realidade no Município de
Jaboatão dos Guararapes - PE**

Edyelly Brasil Mansur Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação à Distância e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Aliete Gomes Carneiro Rosa

RECIFE

2024

A PEDAGOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma realidade no Município de Jaboatão dos Guararapes - PE

RESUMO: Este estudo teve como objetivo principal compreender a prática do pedagogo e sua atuação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A partir dos estudos de Libâneo (2001) e Graciani (2014), entende-se que o papel do pedagogo envolve a construção e a promoção de novas formas de ser e de estar no mundo. A conscientização sobre os lugares ocupados e o desenvolvimento de uma visão crítica frente a um sistema que, muitas vezes, dificulta a compreensão da sociedade e do potencial transformador dos indivíduos, possibilita o surgimento de mudanças individuais e coletivas. Dessa forma, torna-se essencial uma renovação na abordagem entre indivíduo, sociedade e cultura, por meio de uma Pedagogia que promova a libertação. Esse conceito se alinha ao pensamento de Paulo Freire (1975), que defende uma educação crítica e reflexiva voltada para a transformação social. A pesquisa qualitativa, utilizando entrevista semiestruturada, foi realizada com uma pedagoga que atuou em um CRAS na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE. Os resultados evidenciaram que a atuação dos pedagogos nos CRAS da cidade se concentra, principalmente, no planejamento de ações que promovam o desenvolvimento dos usuários e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, integrando as ações educativas à realidade vivenciada. Observou-se, ainda, a relevância desse profissional na atuação social, ressaltando a necessidade de uma maior discussão sobre a Pedagogia Social e Empresarial nas matrizes curriculares das universidades.

Palavras-chave: CRAS. Pedagogia em espaços não formais. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Pensar o espaço de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) como campo de atuação da Pedagogia não é tarefa das mais simples. Primeiro, devido à existência de poucos textos e produções que embasem essa prática, depois por ser a própria Política de Assistência Social relativamente nova no Brasil, em relação ao tempo de existência de outros campos de atuação da Pedagogia.

A sigla CRAS vem juntar-se a outras criadas no Brasil nas últimas décadas, tais como: CREAS, CAPS, SUS, SUAS, etc, para abreviar os nomes

de políticas públicas e espaços de atendimento aos usuários dos serviços. A título de esclarecimento, segundo o site do Governo Federal do Brasil, o SUS (Sistema Único de Saúde) foi fonte de inspiração para a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), no que diz respeito à adoção de um modelo de gestão da oferta de serviços de maneira coordenada e descentralizada, bem como com a adoção de uma perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar. O SUS foi criado em 1990, e o SUAS viria a surgir cerca de 15 anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. Ao SUS referem-se as siglas CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e CAPS Ad (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras drogas), que são unidades de saúde destinadas a pessoas em sofrimento psíquico, com transtornos mentais e/ou necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Ao SUAS referem-se as siglas CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). A principal diferença entre eles é que o CRAS é a porta de entrada da Assistência Social e trabalha, em teoria, com a prevenção à violação de direitos, enquanto para o CREAS serão direcionadas famílias e pessoas em risco social ou cujos direitos foram violados.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem como finalidade prestar assistência social a crianças, jovens, adultos e idosos, em suma, pessoas e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social e/ou econômica. Estes CRAS, que fazem parte de uma estrutura planejada para intervir e auxiliar no enfrentamento de desafios vivenciados pela população brasileira, constituem-se numa materialização das políticas públicas, implantadas no Brasil, por meio do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e em especial no Estado de Pernambuco, lugar de onde parte o nosso olhar.

Também conhecido como Casa das Famílias, os CRAS se encontram dentro dos territórios geográficos considerados de maior vulnerabilidade e risco social, próximo às pessoas, para que facilite o acesso e se torne referência no território. Dentre as principais missões estão: promover acolhimento, socialização e fortalecimento de vínculos entre indivíduos, família e comunidade, além de prevenir situações de risco e trabalhar para que se efetive, na prática, a garantia de direitos dos cidadãos, por meio de articulação e fortalecimento da rede de proteção socioassistencial em um dado local (Brasil, 2011).

O motivo que levou à escolha do tema foi a experiência adquirida como Analista de Políticas Sociais e Econômicas, na função de Psicóloga, em um CRAS, no município pernambucano de Jaboatão dos Guararapes. Acompanhei, durante sete anos, pessoas e famílias nesses equipamentos da Assistência Social e aprendi sobre a importância destas estruturas dentro de territórios, onde pessoas vivem em condições de vulnerabilidade social e/ou econômica muitas vezes extrema. E, agora, como estudante de Licenciatura em Pedagogia, enxergo o diálogo que se estabelece entre essas duas ciências, Psicologia e Pedagogia, dentro do campo de atuação da Política Pública de Assistência Social, o que está sendo uma experiência ímpar, que tem proporcionado muitas reflexões sobre a sociedade e o contexto histórico e social do qual hoje somos fruto. O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica de trabalhos publicados sobre a atuação dos pedagogos nos CRAS.

Nosso objetivo consistiu em perceber como se dá a inserção do pedagogo nos espaços de assistência social, além de refletir sobre as vivências e práticas pedagógicas dentro dos CRAS. Nesse sentido, a pesquisa se constituiu em compreender em que consiste o trabalho do profissional da Pedagogia nos CRAS e como ele é realizado.

Assim, vamos refletir sobre o papel da Pedagogia em espaços não escolares – no caso deste trabalho, o CRAS – e vamos refletir sobre como o pedagogo pode atuar na assistência social de modo mais efetivo. Durante a pesquisa bibliográfica, levamos em consideração o reconhecimento do CRAS como equipamento a serviço das famílias e fizemos entrevista semiestruturada com uma pedagoga que trabalhou em um CRAS na cidade de Jaboatão dos Guararapes, com o fito de compreender a atuação efetiva desses profissionais nesses espaços. A pesquisa mostrou a necessidade e a relevância do trabalho executado pelos pedagogos, nesses espaços, para auxiliar a população a lidar com os desafios e minimizar ou superar as vulnerabilidades às quais está exposta. O trabalho nos ajudou a compreender que embora as condições estruturais e físicas dos equipamentos não fossem excelentes, os profissionais comprometidos com o exercício profissional e com a população, conseguem construir relações que ajudam a referenciar o CRAS como lugar de acolhimento e porta de entrada para mudanças necessárias à vida.

1 Percursos da Pedagogia e suas práticas em ambientes de políticas sociais

A Pedagogia se constituiu, ao longo da história, como teoria ou ciência da prática educativa, segundo Saviani (2007). Seu berço formal foi a Grécia Antiga, no século V. Entretanto, a origem da educação se confunde com a origem do próprio homem, uma vez que o processo educativo do ser humano se dá em instâncias diversas. Quando da história do desenvolvimento da educação moderna com Comênio, para quem era possível sistematizar o conhecimento e ensinar tudo a todos, o grande desafio para a Pedagogia passou a ser filosófico e também prático. Isso porque era preciso estruturar a didática para, então, estruturar a prática. Assim, a história da Pedagogia conheceu os embates filosóficos, didáticos, metodológicos até que se firmasse como ciência. No dizer de Saviani (2007 p.102), citando Genovesi:

A pedagogia é ciência autônoma porque tem uma linguagem própria, tendo consciência de usá-la segundo um método próprio e segundo os próprios fins e, por meio dela, gera um corpo de conhecimentos, uma série de experimentações e de técnicas sem o que lhe seria impossível qualquer construção de modelos educativos.

Retomando Genovesi, Saviani destaca, então, que a Pedagogia, enquanto ciência se propõe a tratar dos problemas da formação do indivíduo dentro de uma classe de “eventos educativos” para perpetuação do conhecimento, o que é, em outras palavras necessário para a manutenção da vida em sociedade.

A Pedagogia, que como ciência no Brasil passou a formar cidadãos para o seu exercício a partir do Decreto – lei 1.190 de abril de 1939, vem ampliando campos de atuação e fazendo morada em áreas diversas das tradicionais salas de aula escolares. Segundo Libâneo (2001 p.116):

[...] o pedagogo pode ocupar vários espaços como hospitais, ONGs, empresas, museus, meios de comunicação, projetos sociais, entre outros, onde sejam previstos os conhecimentos pedagógicos. A educação está presente em contextos e espaços sociais para além da escola, em que a presença do pedagogo e seus conhecimentos teóricos e práticos tornam-se imprescindíveis. Compreende-se, portanto, que [...] em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia.

Um desses lugares, que se estabeleceram como morada da Pedagogia em tempos atuais é o CRAS, como veremos na seção a seguir.

1.2 O surgimento dos CRAS e as políticas de Assistência Social no Brasil

A política de Assistência Social no Brasil surgiu a partir de ações isoladas até a sua formalização como política pública. Isso se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a Assistência Social como um dos pilares da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência. No entanto, somente com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e do SUAS, em 2005, é que essa política se consolidou efetivamente. Estes constituem os Marcos Legais da Assistência Social no Brasil.

Os CRAS, surgidos como Núcleos de Apoio à Família, em 1999, e posteriormente vinculados à política nacional de assistência social em 2005, desempenham um papel fundamental como portas de entrada para os serviços sociais. Localizados nas comunidades que apresentam maior vulnerabilidade em um determinado território geográfico, oferecem orientação, encaminhamentos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Programas como o PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - e o SCFV - Serviço de Convivência para Fortalecimento de Vínculos - operam nos CRAS, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os profissionais que atuam nesses espaços têm uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, trabalhando em conjunto com outros órgãos e instituições para atender às demandas da população em situação de vulnerabilidade. Segundo Recktenwald (2019 p. 4): *“O CRAS é uma instituição pública de proteção social básica, composto por uma equipe de trabalho com vários profissionais atuando em conjunto. Este espaço faz-se necessário e importante, pelo fato de ter o olhar voltado às pessoas com algum tipo de vulnerabilidade econômica e/ou social, dificuldade de aprendizagem, situação de exclusão, pessoas com deficiência e direitos violados”*. Para a autora, com base em Paulo Freire, o objetivo da Educação Popular é estimular a produção própria do saber e, por meio disto, o indivíduo passa a ter uma crise de conflito consigo mesmo, colocando em evidência decisões e escolhas e a partir daí confrontando

ideias e valores. Tal processo ocorre por meio de uma relação dialógica que permite troca e construção de saberes.

Parte do trabalho dos Analistas e Educadores Sociais é contribuir, para a construção dessas saberes, a partir de sua atuação profissional, além de auxiliar no processo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O Serviço de Convivência para o Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem grupos organizados a partir de faixas etárias ou determinadas condições, de maneira a, entre iguais, entender-se nesses desafios, o que acontece a partir de um trabalho de Acompanhamento Integral à Família (PAIF) que parte da visão multidisciplinar e interdisciplinar dos profissionais que trabalham no equipamento e acompanham indivíduos e famílias.

Algumas vezes esse acompanhamento é realizado junto a outros órgãos e pessoas, uma vez que o CRAS recebe demanda não só espontânea, mas também de outros sistemas de garantia de direitos como Conselho Tutelar, unidades de Saúde, de Educação e Judiciais.

Sempre que em alguma dessas instâncias se percebe a questão da vulnerabilidade social e/ou econômica, fragilidade de vínculos, violação de direitos, onde a atuação da Assistência Social pode contribuir para minimizar situações de risco ou garantir o acesso da população a direitos, os equipamentos da Assistência Social podem ser provocados.

1.3 O CRAS e o lugar de atuação da Pedagogia

Desde a implantação destes Centros de Referência de Assistência Social, a atuação do profissional da Pedagogia vem se revelando uma necessidade. Dentre os programas vivenciados nos CRAS pelos profissionais da Pedagogia, estão o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), além do acolhimento, salas de espera temáticas, o trabalho multidisciplinar realizado com profissionais de outras formações, além do trabalho integrado aos educadores sociais, com o SCFV (Serviço de Convivência para o Fortalecimento de Vínculos), dentre outros. É importante ressaltar também o intenso trabalho e diálogo estabelecido pelos profissionais dos CRAS com profissionais de outras políticas públicas como os da área de Educação, Saúde, e outros órgãos como os de Segurança

e Justiça. Essa rede de atenção e proteção fortalecida permite o melhor desempenho destes equipamentos em seus territórios de atuação.

E quando nos referimos a Políticas Públicas, nosso ponto de partida é a definição que Azevedo (2003) traz. O autor apresenta o conceito de três tipos de Políticas Públicas: Regulatórias, Redistributivas e Distributivas.

As Regulatórias (campo de ação do poder legislativo) são as conjecturas por meio das quais são criadas as leis que permitem, ou não, que as outras Políticas Públicas, as do campo executivo, sejam aplicadas; as Políticas Públicas Redistributivas, se referem à redistribuição de renda, seja por meio de programas sociais que levam renda direta às famílias, como é o caso do Programa Bolsa-Família, implantado em 2003, ou entregas de cestas básicas pelos municípios, assim como isenção de IPTU ou redução de valores das contas do uso de energia elétrica, dentre outros; já as Políticas Públicas Distributivas são aquelas que dizem respeito aos serviços ofertados diretamente à população, de maneira setorial ou pontual, que visam sanar determinadas necessidades, como recolhimento do lixo, reparos em prédios públicos, dentre outros.

Assim, podemos observar que há muito o que percorrer nessa trajetória que une a Pedagogia à Assistência Social. Nesse sentido, percebemos que o campo de atuação da Pedagogia no CRAS vai além de revelar as ações que vêm sendo desenvolvidas pelos profissionais da Pedagogia nos Centros de Referência de Assistência Social. A questão é muito mais ampla. Como porta de entrada para as demandas existentes e para as pessoas em vulnerabilidade, com uma equipe multidisciplinar que atua em conjunto para o desenvolvimento de estratégias e planejamento que auxiliem os processos de mudança necessários para lidar com os desafios, os CRAS, enquanto espaços materializados de execução e viabilização de Políticas Públicas criadas, tornam-se assim um lugar onde se aprende, um lugar onde o conhecimento se torna ferramenta para atuar diante das dificuldades, que se tornam, por vezes, empecilho para o desenvolvimento das pessoas na vida.

Quando Recktenwald (2019 p.7 e 8) cita Gohn (2010), ela traz os objetivos da educação não formal como sendo educação para a cidadania que incorpora:

1. Educação para a justiça social;
2. Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.);
3. Educação para a liberdade;
4. Educação para igualdade e diversidade cultural;
5. Educação para a democracia;
6. Educação contra toda e qualquer forma de discriminação;

7. Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

A autora revela ainda que, diante disto, percebe-se que há um perfil do pedagogo no CRAS, e que se faz necessária uma formação específica para a atuação nesse lugar. Além disso, aponta para a necessidade do profissional conhecer o público-alvo com o qual irá trabalhar e sua realidade social e cultural. Ter clareza quanto aos objetivos da educação não formal, planejar ações educativas de acordo com a necessidade do sujeito ou do grupo, sistematizar quais serão as metodologias utilizadas, avaliar o processo e analisar o trabalho realizado, também fazem parte do labor do pedagogo na área social, de acordo com Recktenwald.

Com relação aos eixos de proteção sobre os quais a Política de Assistência Social atua, segundo Sposati (2007, p. 450) a proteção social ocorre em três eixos que são:

- Proteção das fragilidades peculiares aos ciclos biológicos de vida (infância, juventude, senescência);
- Proteção e atenção à cuidados e manutenção dos vínculos sociais, em especial os familiares;
- Atenção à dignidade humana e proteção contra as violações a ela referentes.

Quando Sposati (2007) coloca que a Proteção Social ocorre nesses três eixos, quer sejam referentes aos ciclos biológicos de vida, cuidados e manutenção dos vínculos sociais e atenção à dignidade humana, a autora coloca que a Política de Assistência Social já nasce vinculada à necessidade de prover suporte a fragilidades condicionais ou momentâneas pelas quais qualquer indivíduo pode passar, uma vez que faz parte da natureza humana a condição de fragilidade. Há a necessidade de atenção e ação por parte de toda a sociedade civil e institucional: o olhar, a atenção e o suporte para que tais fragilidades sejam superadas ou amenizadas, a partir do que versam a Política e as Leis.

A condição humana e as fragilidades a ela inerentes se tornam muito nítidas em determinados momentos do ciclo biológico de vida. Não é por acaso que contamos com leis específicas que abarcam fases e condições específicas, como a Lei 8.069/1990, que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (mais conhecido como o ECA); Lei 10.741/2003, que se refere ao Estatuto do

Idoso; Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que visa proibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei 13.146/2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência. A criação e promulgação de leis como estas visam, além de estabelecer normativas sociais e legais para o convívio em sociedade, lançar o olhar sobre questões que se enraizaram na cultura e prescindem de novas formas de tratativas.

Por muito tempo as crianças foram consideradas adultos em miniatura, tratadas como mão de obra barata pelo pouco que produziam em relação aos adultos. Ocupavam chãos de fábricas na era da Revolução Industrial, expostas a riscos reais e sequelas de um esforço exercido quando seus corpos, em crescimento, não estavam preparados para isso. Mulheres, vítimas do patriarcado, em uma cultura que as via como procriadoras e cuidadoras do lar, incapazes para o estudo, e para o exercício de direitos democráticos, como o voto, só conquistado no Brasil em 1932, no governo de Getúlio Vargas. Como estas, há diversas questões sociais que são o solo sobre o qual as Leis e Políticas Públicas nascem, geralmente com esforço e muita luta popular.

Vivemos em sociedade e precisamos estar atentos a tudo o que a isso compete, enquanto seres relacionais, em convívio intenso. Nascemos parte de um grupo, que é o grupo familiar, e já somos inseridos em um contexto comunitário, onde há decerto intensa relação que ultrapassa, por vezes, o simples estar em “família”.

Na prática, o que podemos observar é, de fato, a importância de vínculos afetivos coesos estabelecidos, para permitir o enfrentamento de situações adversas, quer sejam o desemprego, a violência, os desafios intergeracionais, as diversas situações de risco, dentre outros, que podem vir a surgir onde convivem pessoas e se estabelecem relações humanas. Orientar a população acerca dessas demandas que podem emergir, esclarecer sobre como podem se processar conflitos, auxiliar no encontro de meios de superação de desafios, apontar a importância do fortalecimento dos vínculos, da atenção aos direitos, sinalizando situações que possam vir a surgir nas interações vivenciadas em sociedade, é torná-los multiplicadores dentro da comunidade onde vivem, reforçando o fato de que o CRAS se torne referência para o território, lugar para

onde as pessoas podem se dirigir em busca de acolhimento, esclarecimentos, orientação e encaminhamentos.

2 As práticas pedagógicas nos espaços não formais e o CRAS em Jaboatão dos Guararapes-PE

Como ciência secular, a Pedagogia ao longo dos anos vem se libertando de muitas amarras para caber em diversos contextos que emergem na sociedade. E na área social a pedagogia surge com possíveis intenções de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, ressignificando o mundo de crianças, jovens e adultos que vivem em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a chamada **Pedagogia Social**, no dizer de Graciani (2014, p. 17) não concebe *a democracia sem considerar a cidadania e a inclusão social*. Segundo a autora, a proposta educativa da Pedagogia Social *é comprometida com a mudança social [...] a partir de um modelo ético-político que tem por escopo a justiça social e os Direitos Humanos*.

Para além do ensino, Graciani (2014, p. 19-21) nos revela a questão social e a intersecção da Pedagogia com a área social, a chamada *Pedagogia Social* que se propõe a:

- Criar, inicialmente, uma teoria renovada da relação homem-sociedade-cultura, com uma ação pedagógica essencialmente libertadora, a partir do exercício em todos os níveis e modalidades da prática social;
- Realizar-se no domínio específico da prática social com classes sociais populares, a partir de um trabalho político-educacional de libertação popular, com o intuito de ser conscientizadora com sujeitos, grupos e movimentos das camadas excluídas;
- Concretizar-se como ação educativa com agentes e sujeitos comprometidos, na qual se estabelece, por meio da relação dialógica, um sistemático processo de intercâmbio de conhecimento e saberes em que a troca de experiências é primordial;
- Orientar-se pela Pedagogia libertadora protagônica, baseada fundamentalmente na memória histórica, na identidade coletiva, na dinâmica cultural, na possibilidade entre a capacidade lógica de compreender os liames capitalistas e a valorização da participação comunitária, autoestima, autovalorização, autoconfiança e autodeterminação de sujeitos que tentam construir uma nova ordem social, econômica e cultural.

Em outras palavras, há necessidade de uma abordagem renovada da relação entre homem, sociedade e cultura, com uma pedagogia que promova a

libertação. Isso implica o engajamento com a prática social das classes populares, visando à conscientização e à libertação das camadas excluídas. Assim, a Pedagogia Social requer o envolvimento de agentes comprometidos – destaque-se que o CRAS é um aparelho com muitos agentes – sujeitos conscientes, promovendo um intercâmbio de conhecimento através do diálogo. Baseada na Pedagogia Libertária de Paulo Freire, tal prática valoriza a memória histórica, o coletivo e a participação comunitária, visando a construção de uma sociedade comprometida com aspectos econômicos, sociais e culturais.

Para Freire (1975), a consciência crítica do sujeito acerca da realidade em que vive, ao lado da compreensão da capacidade de se colocar no mundo de forma ativa, conhecendo e aprendendo dialogicamente, interagindo com este mundo, são ferramentas para libertar-se. Como explicita: "*A compreensão desta Pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se*" (p. 9).

A trajetória específica dos CRAS em Pernambuco se depara com a vulnerabilidade social, nessa direção, implanta práticas pedagógicas em espaços não formais de educação para promover o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

A rotina no CRAS, no município de Jaboatão dos Guararapes, de onde parte o nosso olhar, começa com uma *Sala de Espera*, momento onde parte da equipe apresenta o serviço para a comunidade, esclarecendo pontos relevantes desta política pública, informando sobre formas de acesso a programas que existem no município e a nível federal. Geralmente explica-se sobre o Cadastro Único, ou CADÚnico como é conhecido, que consiste em um cadastro nacional que teve início em 2001 com o Decreto nº 3.877/2001. Ele consiste em um questionário por meio do qual instituições governamentais passam a conhecer um pouco sobre a realidade das famílias no que tange à moradia, educação, saúde, renda e composição familiar. O Cadastro Único pode ou não ser realizado dentro do CRAS, é uma escolha que o município faz de acordo com seu planejamento e necessidades. Como o presente trabalho toma como referência o município de Jaboatão dos Guararapes, optou-se por ter unidades do CADÚnico em funcionamento na maioria dos CRAS, além de uma central do

CADÚnico. O que se observa é que esse funcionamento conjunto propicia que mais pessoas frequentem esses equipamentos, e dessa forma, a equipe dos CRAS pode ter acesso a um maior número de pessoas e, conseqüentemente, mais pessoas possam ser alcançadas para esclarecimentos e direcionamentos para a garantia dos seus direitos.

Os CRAS na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE têm um desempenho relevante para a população. Entretanto, como qualquer política pública, tem seus limites tanto de atuação quanto de atendimento efetivo. Na cidade, há 12 equipamentos do CRAS que atendem a situações diversificadas. Algo interessante observado nessa minha trajetória no Município, é que cada território apresenta demandas específicas, quando levamos em consideração o total de demandas que adentram os equipamentos de Assistência Social. Em sete anos de atuação, trabalhei em dois territórios diferentes; no primeiro chegavam muitas demandas relacionadas a problemas de adoecimento mental (depressão, autolesão de adolescentes, discursos acerca de suicídio); no segundo território podemos elencar como destaque às demandas recebidas o alto grau de mulheres vítimas de violência doméstica. É interessante a realização de dados estatísticos dos desafios de cada território para que se possa planejar ações que venham a intervir diretamente nas necessidades apresentadas a partir das demandas recebidas.

De acordo com Silva (2019 p.4) citando Petrus (1997 apud ROMANS, 2009, p. 128,129), verifica-se a existência de um perfil para o profissional de Pedagogia que atua na área social, cujas características são:

“...caráter otimista, dinâmico e aberto à colaboração e ao trabalho em equipe. Desenvolva sua atividade com criatividade, a fim de que encontre saídas para as muitas situações diferentes e muitas vezes imprevisíveis. Possua capacidade de se comunicar com os usuários, colegas e instituições de uma maneira profissional, baseando a relação na colaboração e no respeito mútuo. Seja capaz de analisar as causas e as competências dos problemas sociais e tenha a sensibilidade suficiente para não se escandalizar diante de situações que os usuários apresentem. Controle sua emotividade e possua um grau suficiente de maturidade para poder enfrentar situações, incidentes ou casos cuja resolução seja dificilmente compreensível ou aceitável para a própria pessoa. Seja consciente de seu nível de estresse e tenha sob controle as conseqüências que para ele comporte a relação diária com a problemática social, levando em conta as limitações existentes na resolução de certos problemas. Seja capaz de refletir e de melhorar sua prática profissional, de atender sua saúde integral e de encontrar estímulos no e fora do próprio trabalho que o façam mais agradável e eficaz”.

Evidencia-se que a percepção que o profissional tem de si mesmo, bem como a habilidade de comunicar-se de maneira clara e precisa, de trabalhar de maneira multidisciplinar e interdisciplinar, além da capacidade de lidar com situações difíceis, são características relevantes, que auxiliam nos desafios inerentes à profissão nesse campo de atuação.

Silva (2019 p. 4) ressalta ainda que: “o *Pedagogo Social precisa ser dedicado e comprometido com as ações desenvolvidas no CRAS e estar preparado, não apenas realizar atividades socioeducativas e de convivência com qualidade, mas deve principalmente estar pronto para enfrentar novos desafios, ciente que estará se envolvendo com problemas sociais que não se resolverão rapidamente, mas sim, com um constante trabalho bem fundamentado, atraente, criativo, crítico e reflexivo*”.

3 Percorso Metodológico

A presente pesquisa tem caráter qualitativo. Ela se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e contou com um questionário, elaborado com 15 perguntas abertas e aplicado de forma remota por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas, o *Google Forms*, e nos permitiu conhecer a atuação dos profissionais e como lidam com as vicissitudes da prática de uma política pública tão recentemente criada e em desenvolvimento constante. O questionário aplicado com as respostas pode ser visualizado no tópico 4.

Para fins de validação da pesquisa, enviamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para os pedagogos que atuam nos CRAS. A assinatura do TCLE, autoriza o uso das respostas dos participantes para fins de pesquisa. Segue abaixo o TCLE, que introduziu o questionário de pesquisa:

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos você a participar, de maneira voluntária, da pesquisa intitulada “A PEDAGOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL: Uma realidade no Município de Jaboatão dos Guararapes – PE”, sob a responsabilidade de Edyelly Brasil Mansur Rodrigues.

A pesquisa visa compreender a atuação do profissional de pedagogia em espaços não formais de educação, neste caso, na Política de Assistência Social. A sua

participação se dá a partir do aceite deste TCLE e das respostas encaminhadas via questionário de pesquisa Google Forms.

Ao aceitar participar desta pesquisa, você estará contribuindo para levar ao conhecimento de profissionais de sua área de atuação, as nuances do trabalho pedagógico em espaço não formal de educação e, desta maneira, auxiliando no desenvolvimento e aprimoramento da profissão.

A (O) voluntária(o) deve responder às quinze perguntas abertas que auxiliarão o conhecimento acerca do exercício profissional neste âmbito, bem como os sentimentos diante dos desafios referentes à prática neste lugar, de profissional da Assistência Social.

Não é necessária sua identificação no questionário, e os dados serão tratados mantendo em sigilo informações que possam identificar a(o) profissional. Ressaltamos que qualquer dúvida, esclarecimento ou desafio encontrado ao responder este instrumento de pesquisa podem ser relatados e informados via e-mail: edyellybmansur@gmail.com

Ressaltamos que você não é obrigada(o) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizada(o) ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa.

Enquanto pesquisadores, nos comprometemos a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

Caso deseje uma cópia do trabalho a que se propõe esta pesquisa após sua conclusão, favor informar, via e-mail.

Grata pela colaboração,

Edyelly Brasil Mansur Rodrigues

E-mail: edyellybmansur@gmail.com

whatsapp: (81) 98810-0433

Ao responder ao formulário, você concorda com os termos e com a sua participação na pesquisa.

Declaro que fui informada(o) e esclarecida(o) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo.

Jaboatão-PE, Abril de 2024

Na cidade de Jaboatão dos Guararapes, o CRAS está abrigado na atual Secretaria de Ação Social e Cidadania, conforme site da prefeitura, e atualmente conta com quatro profissionais de Pedagogia que atuam em quatro CRAS das sete regionais, segundo o Portal da Transparência do município.

Inicialmente o planejamento era que o questionário fosse respondido pelos profissionais que se encontram atuantes no município, porém surgiu como dificultador na pesquisa a não participação ou adesão desses profissionais, contactados por gestor responsável da própria Secretaria de Ação Social e Cidadania. Devido à falta de participação, tomamos a decisão de contactar também duas antigas profissionais da Pedagogia, que atuaram neste campo, tendo em vista que a ausência das mesmas nos equipamentos atualmente, não invalida a experiência que vivenciaram.

O questionário foi respondido por uma profissional de Pedagogia que atuou diretamente na Política Pública de Assistência Social, especificamente em um CRAS na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE. Com o objetivo de preservação de imagem, o nome da informante não será apresentado, sendo identificada apenas por Pedagoga. Sendo ela uma mulher de 41 anos, formada em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia, com Mestrado e Doutorado em Educação. A colaboração da profissional que participou mostrou-se suficiente para a compreensão do exercício profissional da Pedagogia neste campo de atuação.

O questionário foi aplicado no mês de maio de 2024. Vale ressaltar que todos esses profissionais foram concursados no primeiro concurso público efetivo realizado pela Prefeitura deste município para prover profissionais para atuar diretamente com a Política de Assistência Social. Este concurso ocorreu no ano de 2015, e trazemos essas informações para evidenciar quão nova é essa Política e como vem paulatinamente sendo implantada nos diversos municípios do Brasil. Antes do citado concurso, os profissionais atuantes na Política de

Assistência Social eram contratados para colocar em prática a referida Política, o que representava de certa forma uma perda para a população que, a cada término e novo contrato, perdia parte da referência estabelecida com os equipamentos e profissionais que acompanhavam essas famílias.

Na formulação do questionário e aplicação, conseguimos enviar para seis profissionais (quatro na ativa e dois que já haviam trabalhado na Política de Assistência Social e no momento não mais atuam no município) e recebemos resposta de apenas um deles. Sabendo que esse não é o cenário ideal para a pesquisa, uma vez que pretendemos tratar da atuação do pedagogo nesses espaços, ainda assim, consideramos relevantes as informações trazidas como resultado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a aplicação do questionário, procedemos à análise das respostas, identificando as práticas pedagógicas dos pedagogos dentro do CRAS.

Para fins de análise, destacamos três aspectos apontados pela Pedagoga: aspectos físicos e ambientais do CRAS; os aspectos pedagógicos e as possibilidades de atuação do pedagogo nesses espaços.

QUADRO 1: Resposta ao questionário – Pedagoga

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CRAS JABOATÃO DOS GUARARAPES	
ASPECTOS	RESPOSTAS:
Físicos	ambiente físico hostil, inapropriado para realizar as atividades (mofo, sujeira, falta de segurança)
Pedagógicos	Sentia que não existia um organograma ou uma divisão mais precisa da atuação e atividades do pedagogo no CRAS. O planejamento das atividades pedagógicas, muitas vezes ficava apenas no campo teórico, pois o suporte estrutural era inadequado e ineficaz. No entanto, os trabalhos realizados eram feitos com muito afeto e afinco, isso possibilitava um sentimento de integração com a comunidade, os idosos, jovens e crianças atendidos pelo CRAS.

Atuação do Pedagogo	Realizar acompanhamento da vida escolar das crianças atendidas pelo serviço de convivência e demais crianças atendidas pelo CRAS, assim como fazer visitas, busca ativa e campanhas para atender demandas específicas. Falta de uma boa estrutura física, materiais didáticos adequados e delimitação mais específica da função do pedagogo nas demais atividades do CRAS.
----------------------------	--

Fonte: da autora (MANSUR)

Abaixo segue QUESTIONÁRIO com respostas para posterior análise:

	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	Gênero:	Feminino
2	Qual a sua formação? (Graduação e pós):	Pedagogia, Psicopedagoga, Mestrado e Doutorado em Educação
3	Quanto tempo trabalhou no CRAS?	Durante 1 ano, há 8 anos atrás.
4	Como foi a experiência da chegada no CRAS?	Profissionais acolhedores, no entanto, um ambiente físico hostil, inapropriado para realizar as atividades (mofo, sujeira, falta de segurança).
5	E do fazer pedagógico nesse ambiente, que sentimentos experienciou?	O planejamento das atividades pedagógicas, muitas vezes ficava apenas no campo teórico, pois o suporte estrutural era inadequado e ineficaz. No entanto, os trabalhos realizados eram feitos com muito afeto e afinco, isso possibilitava um sentimento de integração com a comunidade, os idosos, jovens e crianças atendidos pelo CRAS.
6	Como se sentia no exercício da sua atividade profissional na Assistência Social na atuação como pedagogo no CRAS?	Sentia que não existia um organograma ou uma divisão mais precisa da atuação e atividades do pedagogo no CRAS.
7	Descreva as atividades que desempenhou no CRAS.	Realizar acompanhamento da vida escolar das crianças atendidas pelo serviço de convivência (SCFV) e demais crianças atendidas pelo CRAS, assim como fazer visitas, busca ativa e campanhas para atender demandas específicas.
8	De modo geral, qual era a formação dos técnicos de nível superior que faziam parte da equipe do CRAS onde você trabalhou?	Assistente social, psicóloga e pedagoga
9	Quantos educadores sociais faziam parte da equipe?	1 (um)

10	Quais eram as demandas mais frequentes recebidas pelo equipamento?	Do serviço de convivência, com as crianças
11	Como se deu a interação e o seu trabalho junto aos educadores sociais?	Era um excelente educador social, o que facilitou e possibilitou criar dinâmicas e propostas pedagógicas mais efetivas.
12	Quais eram os desafios e entraves para o exercício profissional nessa área?	Como citado anteriormente, a falta de uma boa estrutura física, materiais didáticos adequados e delimitação mais específica da função do pedagogo nas demais atividades do CRAS.
13	O que diria a um profissional da Pedagogia que almeja compor uma equipe da Assistência Social?	Que apesar dos desafios é um excelente campo de atuação para Pedagogia.
14	Como percebeu/sentiu o trabalho que realizou?	Através do feedback das crianças que acompanhava no serviço de convivência e dos demais profissionais.
15	Onde costumava buscar informações para apoiar sua prática profissional nesse campo de atuação?	Na internet, com os pedagogos que já atuavam há mais tempo, mas existia pouco material.

Analisando as questões apontadas pela informante, percebemos que o CRAS tem um papel relevante dentro da comunidade onde está inserido. Ao responder à questão 7, onde se pediu que a entrevistada descrevesse as atividades que desempenhou no CRAS, a mesma informou: *“Realizar acompanhamento da vida escolar das crianças atendidas pelo serviço de convivência (SCFV) e demais crianças atendidas pelo CRAS, assim como fazer visitas, busca ativa e campanhas para atender demandas específicas”*.

Ao acompanhar a situação escolar das crianças e a vida das famílias em vulnerabilidade, realizando visitas, desenvolvendo o trabalho no Serviço de Convivência para o Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizando busca ativa e procurando compreender o território e suas demandas específicas para, a partir daí, planejar e atender a essas demandas, o equipamento, inserido na comunidade, cumpre com o objetivo para o qual foi criado, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como ressaltou Libâneo (2001), a Pedagogia está presente em diversos espaços sociais para além do tradicional espaço social escolar. Sendo o CRAS um lugar onde a prática educativa com

caráter de intencionalidade está presente, logo percebe-se a importância e a necessidade de haver nestes espaços os profissionais da Pedagogia.

A pedagoga relata que dentre as demandas mais frequentes recebidas pelo equipamento no qual trabalhou, em resposta à questão 10, encontram-se aquelas que dizem respeito às crianças em vulnerabilidade, tendo sido criado um SCFV para atender a esse público, acompanhando estas famílias por meio de visitas domiciliares, como referiu a pedagoga na questão 7.

A Pedagoga aponta, na questão 12, como desafio e entrave para o exercício profissional da Pedagogia nessa área: *“Como citado anteriormente, a falta de uma boa estrutura física, materiais didáticos adequados e delimitação mais específica da função do pedagogo nas demais atividades do CRAS”*.

Ao ressaltar que a falta de uma boa estrutura física (no local onde trabalhou), a falta de materiais didáticos adequados e a delimitação mais específica da função do pedagogo nas demais atividades do CRAS, a pedagoga acaba por evidenciar algo que versa, de fato, a NOB-RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) do SUAS, que não torna obrigatória a presença de um profissional da Pedagogia nos equipamentos de Assistência Social.

Os profissionais com graduação obrigatórios nos CRAS são da área de Serviço Social e Psicologia. A escolha do município em ter em seu quadro de funcionários os profissionais da Pedagogia, no primeiro concurso realizado para montar equipes para trabalhar com a Política de Assistência Social, é algo de fato muito importante, o que ressalta a relevância desses profissionais na atuação dentro desta política pública. Ao vivenciar a dinâmica de práticas que ocorrem nos CRAS, percebe-se que é muito relevante a presença de um profissional com conhecimentos acerca do fazer pedagógico. Parte do trabalho a ser realizado pelas instituições formadoras é começar a formar alunos preparados para a atuação fora das salas de aula escolares.

Quando Saviani (2007) ressalta que a Pedagogia é uma ciência autônoma por ter uma linguagem e método próprios, a partir dos quais se gera conhecimentos, entendemos que a Pedagogia Social, a aprendizagem de novas formas de ser e estar no mundo, o conhecimento que transforma e amplia os horizontes levando os indivíduos a compreender de maneira mais nítida o seu lugar no mundo, e a importância da consciência sobre a sociedade numa perspectiva histórica e cultural, faz sentido o profissional da Pedagogia nesse lugar de atuação. E, de fato, cabe em parte às universidades que formam

pedagogas(os) a tarefa de embasar e preparar esses profissionais para a realidade emergente que é a necessidade de uma melhor formação e preparação para campos de atuação que não se circunscrevem aos muros escolares.

Apesar da equipe ser bastante reduzida, contando apenas com um Educador Social, para além de três profissionais que compunham a equipe técnica (Pedagoga, Assistente Social e Psicóloga), o fato do Educador Social ser um profissional excelente e comprometido possibilitou a criação de dinâmicas e propostas pedagógicas mais efetivas, como ressalta a Pedagoga em resposta à questão 11, sobre como se deu o trabalho da Pedagoga junto aos Educadores sociais: *“Era um excelente educador social, o que facilitou e possibilitou criar dinâmicas e propostas pedagógicas mais efetivas”*.

Além disso, a dedicação e comprometimento dos profissionais envolvidos no trabalho realizado no CRAS, a despeito da estrutura física inadequada, não apenas viabilizou a execução da Política no território, como também permeou a dinâmica das relações ali estabelecidas. De acordo com a Pedagoga, em resposta à questão 5, do fazer pedagógico nesse ambiente, que sentimentos experienciou: *“Os trabalhos eram feitos com muito afeto e afinco e isso possibilitava um sentimento de integração com a comunidade”* (Pedagoga).

Quando Graciani (2014) se refere à Pedagogia Social como lócus de libertação, aprendizagem e construção de uma nova ordem social, econômica e cultural, ressaltando a importância dos sujeitos tornarem-se protagonistas de sua própria história de vida, percebemos que parte do trabalho dos Analistas e Educadores Sociais nesse campo de atuação é contribuir, a partir de sua atuação profissional, para o desenvolvimento destas pessoas, acessando políticas e direitos estabelecidos, viabilizando o acesso a informações e possibilitando o fortalecimento dos indivíduos e dos vínculos familiares e comunitários. Quando a Pedagoga ressalta que os profissionais do equipamento no qual trabalhou tinham a característica de ser acolhedores, e que o afeto e afinco (ou seja, a dedicação) estavam presentes na execução do trabalho realizado pela equipe, e a mesma coloca que era essa forma de atuar que tornava possível o sentimento de integração com a comunidade atendida pelo CRAS, fica evidente a importância e interferência das características e habilidades dos profissionais nesta área de atuação e como elas impactam diretamente na execução do serviço prestado à comunidade. Tal afirmativa coaduna com o que traz Silva

(2019) que ressalta a existência de um perfil para a execução do trabalho em lócus social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a inserção do pedagogo nos espaços de assistência social, além de refletir sobre as vivências e práticas pedagógicas dentro dos CRAS. Verificamos que embora este seja um campo de atuação estabelecido há pouco tempo, a importância da Pedagogia neste espaço, sendo ele um espaço de aprendizagem e transformação, é imprescindível.

No exercício da prática no CRAS, como psicóloga, sem o conhecimento da Pedagogia, a atuação profissional tornou-se desafiadora. Quando havia necessidade de reunião para planejamento e execução de atividades junto aos Educadores Sociais, sobretudo com crianças, atendendo demandas encaminhadas pelas escolas, realizando o trabalho de acompanhamento das famílias, algo escapava, algo para o qual o meu olhar enquanto psicóloga, não havia sido treinado.

Embora, à primeira vista, as atividades desempenhadas por profissionais de ciências específicas possam parecer simples, a falta do conhecimento teórico e da ação prática-reflexiva dificulta e, por vezes, impossibilita o exercício adequado do labor. Certamente, muito se perde pelo caminho. Antes de cursar Pedagogia, eu não encontrava respaldo para exercer essa atividade profissional no CRAS de maneira plena. Nesse sentido, enveredar pela formação na área de Pedagogia permitiu-me encontrar as ferramentas necessárias para executar os serviços de maneira satisfatória.

O que eu não esperava é que a partir desta segunda graduação, os olhares sobre o mundo, sobre as questões sociais e a aprendizagem fossem tão ampliados. A partir da Pedagogia, a Psicologia e a formação dos sujeitos se tornaram mais claras para mim; a compreensão acerca dos problemas que a sociedade enfrenta na atualidade tornou-se nítida, uma vez que comecei a enxergar na educação e nos modelos historicamente adotados uma luz sobre os desafios atuais, incluindo a educação em ambientes não escolares.

A pesquisa mostrou a necessidade e a relevância do trabalho executado pelos pedagogos, nesses espaços, para auxiliar a população a lidar com os desafios e minimizar ou superar as vulnerabilidades pelas quais estejam a passar.

Esperamos que a presente pesquisa possa trazer mais luz e esclarecimentos sobre as práticas pedagógicas em instituições como os CRAS além de difundir mais conhecimento sobre esse campo de atuação criado com a Política Pública de Assistência Social.

Para concluir, cito Paulo Freire (1975, p. 50), que em sua obra e nos estudos de uma vida, evidenciou os prejuízos que as relações de poder podem trazer tanto para a sociedade como para os sujeitos individualmente.

Toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta. Não importa que se faça através de meios drásticos ou não. É, a um tempo, desamor e óbice ao amor. Óbice ao amor na medida em que dominador e dominado, desumanizando-se o primeiro, por excesso, o segundo, por falta de poder, se faz coisas. E coisas não se amam. De modo geral, porém, quando o oprimido legitimamente se levanta contra o opressor, em quem identifica a opressão, é a ele que se chama de violento, de bárbaro, de desumano, de frio. É que, entre os incontáveis direitos que se admite a si a consciência dominadora tem mais este: o de definir a violência. O de caracteriza-la. O de localizá-la. E se este direito lhe assiste, com exclusividade, não será nela mesma que irá encontrar a violência. Não será a si própria que chamará de violenta. Na verdade, a violência do oprimido, ademais de ser mera resposta em que revela o intento de recuperar sua humanidade, é, no fundo, ainda, a lição que recebeu do opressor.

Os CRAS têm um papel extremamente importante em auxiliar os indivíduos à autonomia e na busca da liberdade. Como afirma, ainda, Freire "*Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio*" e o CRAS pode significar o preenchimento de um espaço cuja atuação pedagógica promoverá acesso ao conhecimento com grandes possibilidades de mudanças sociais.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (et. al.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1190, de 04 de abril de 1939. Da organização da Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. MIOLO VOLUME 4. Disponível em: <https://mds.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. Senado Notícias, 06 jul. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/07/06/dilma-sancionasistema-unico-de-assistencia-social>. Acesso em: 10 maio 2024.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Portal da Transparência. Disponível em: https://sarh.jaboatao.pe.gov.br/PORTAL_TRANSPARENCIA-0.0.1-SNAPSHOT. Acesso em: 14 ago.2024.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em: [\(PDF\) POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática 1 \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 25 abr. 2024.

RECKTENWALD, Roberta Taís. LUFT, Hedi Maria. Pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social: Uma perspectiva da Educação Popular. XXIV Jornada de Pesquisa. Salão do Conhecimento Unijuí 2019. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento> Acesso em 10 nov. 2024.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na Universidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6MYP7j6S9R3pKLXHq78tTvj/?format=pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, Katrine Teixeira da. VERAS, Nathaly do Nascimento. DIAS, Indiassanan de Brito. O papel e as dificuldades enfrentadas pelo pedagogo social no Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS). Artigo Anais VI JOIN / Brasil – Portugal. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57801>
Acesso em 10 nov. 2024.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Assistência social: De ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional, (10), 2007. Disponível em: <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/218/211>. Acesso em: 25 abr. 2024.